

RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA
do Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do
do Projeto da “**Ampliação da Pedreira n.º 5111 – Sorte do Mato das Lagedas**”

AIA_22/2018

Concelho de Guimarães

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

agosto de 2019

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	2
2. PERÍODO DE CONSULTA	2
3. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA.....	2
4. MODALIDADES DE DIVULGAÇÃO	3
5. ANÁLISE DOS PARECERES RECEBIDOS.....	3
6. FICHA TÉCNICA	18
ANEXO	19

I. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do preceituado no número 1 do artigo 15.º e nos artigos 28.º, 29.º, 30.º e 31.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março, pelo Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto, pela Lei n.º 37/2017, de 2 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017 de 11 de dezembro, procedeu-se à Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do projeto da “Ampliação da Pedreira n.º 5111 – Sorte do Mato das Lagedas”, localizada no concelho de Guimarães e cujo proponente é a empresa BRITAMINHO – Granitos e Britas do Minho, Lda..

2. PERÍODO DE CONSULTA

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, com as alterações e redação produzidas pelos Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto e Lei n.º 37/2017, de 2 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017 de 11 de dezembro a Consulta Pública decorreu durante 30 dias úteis, de 12 de julho a 23 de agosto de 2019.

3. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

O Estudo de Impacte Ambiental (EIA), incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi disponibilizado para consulta nos seguintes locais:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N);
- Agência Portuguesa do Ambiente;
- Câmara Municipal de Guimarães; e
- na Internet em www.ccdr-n.pt/divulgacao, www.facebook.com/ccdrnorte e www.participa.pt.

O RNT esteve ainda disponível para consulta na Freguesia de Gonça.

4. MODALIDADES DE DIVULGAÇÃO

A divulgação desta consulta foi feita através de:

- Afixação de Editais na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, na Agência Portuguesa do Ambiente, na Câmara Municipal e na Freguesia atrás referidas (cópia do edital em anexo);
- Internet em www.ccdr-n.pt/divulgacao; www.facebook.com/ccdrnorte e www.participa.pt

5. ANÁLISE DOS PARECERES RECEBIDOS

Durante o período da Consulta Pública foram registadas onze participações:

- uma rececionada via correio eletrónico;
- oito através do Portal Participa;
- duas por correio postal, sendo que destas duas, a mais recente deu entrada na Autoridade de AIA (AAIA) fora do período da Consulta Pública.

O teor destas participações é transcrito, integralmente, de seguida:

1ª Participação António Fernandes (2019-08-20):

Exmo Presidente da CCDR-n:

Reclamação Projeto da “Ampliação da Pedreira n.º 5111 – Sorte do Mato das Lagedas” Conforme se lê no documento “ELEMENTOS ADICIONAIS PARA EFEITOS DE CONFORMIDADE DO EIA”

O documento “Resumo não técnico” tem várias discrepâncias:

- *No ponto 2 referente à localização da exploração, nomeadamente a sul a distância para as residências será inferior a cinquenta metros. No documento referindo a sudoeste a uma distância de 500mcom o lugar da venda, omitem todas as residências instaladas na rua 10 de Junho, ou na EN 207/4. Habitações estas que formas um aglomerado de 10 fogos habitacionais.*
- *No ponto 3 o documento refere que tem laborado com licenças provisórias, mas que tem uma licença de pedreira com 47.000 metros quadrados querendo agora licenciar definitivamente 196.277 metros quadrados*
O documento refere que estão a fazer o pedido para um pequeno alargamento. Mediante os números atrás

referidos não é preciso ser um matemático para notar que o pedido não é grande....é enorme ou quase descomunal. Mesmo na possibilidade de ser aprovado este pedido, esta empresa já está a aterrar com terra e pedras, alterando a superfície vegetal fora destes limites, sendo assim a empresa mesmo com o futuro licenciamento já está em infração.

- No ponto 4.1 referindo a existência das linhas de água e a preservação das mesmas deve ser do conhecimento da CCDR-n e da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) que foram elaboradas várias informações a indicar que estas linhas estão poluídas, conforme fotos que se mostrarão seguidamente no relatório fotográfico.

- No ponto 4.2 refere o tipo de exploração do granito e da sua finalidade. Esta exploração tem como finalidade principal a produção de inertes (brita). Para ter mais produtividade é necessário a utilização de explosivos. Quanto mais fragmentado a matéria prima – melhor – mais rendimento e menos desgaste. Com a ampliação para sul vai piorar a qualidade de vida dos habitantes de Gonça em vários pontos quer a nível de poluição sonora, visual e em alguns casos e com a proximidade de captações de água (já antigas) prejuízos incalculáveis. – Este tema será aprofundado posteriormente Ainda neste ponto refere que o principal objectivo desta pedreira será a obtenção de blocos. Para quem compreende um pouco nota que a utilização de explosivos para a fragmentação dos granitos e a produção de inertes não são compatíveis com a produção de blocos de granitos (que têm de ter uma estrutura sólida).

- No ponto 4.3 refere que os equipamentos são recentes. O Exmo Presidente da CCDRn antes de aprovar este licenciamento sugiro que faça uma visita às instalações com vista a comprovar a maturidade dos equipamentos. Era bom pedir uma relação de reparações ou manutenções efetuadas a este equipamento.

- No ponto 4.5 e referindo à central de britagem, menciona que existem um “lava rodados”. De todas as vezes que passo no local o mesmo não funciona, das duas uma ou é coincidência ou o mesmo está avariado ou desativado. As consequências são evidentes. Tal como isto a “lavagem das britas ” é de ver com os olhos, discriminar não chega.

No ponto 4.7 fala do material “escombreira”. Este material está a ser colocado fora dos limites das “licenças provisórias “ em terreno que tem a condicionante “reserva ecológica nacional” alterando assim a morfologia do terreno e a destruição totaldo coberto vegetal. Relativamente a esta situação a CCDR-n já deve ter conhecimento. Relativamente ao depósito temporário, não consigo perceber que a colocação temporária é um dia, um mês ou dez anos. Digo isto que foi feito uma deposição de lamas provenientes da lavagem das areias e ou britas junto à EN 207/4 a norte desta pedreira e os materiais já lá estão há uns bons pares de anos. Referente às poeiras, os terrenos situados a sul e a sudoeste estão cobertos por pó proveniente desta pedreira. Será necessário repensar todo o processo de eliminação de poeiras, pois este é muito ineficaz, tal

como o processo de britagem por via húmida. Este processo é tão eficaz que a brita chega ao poto final sem humidade visível e poeira no ar.

- No ponto 4.8 refere que o abastecimento de água é efetuado através da rede pública ??? Uma família portuguesa com um número de quatro pessoas consome anualmente cerca de 183 metros cúbicos de água. No dia 17-08-2019 por carolice verifiquei a contagem do contador da água que abastece esta pedreira e marca 251 metros cúbicos (Foto nº1). Ora, com o contador instalado já a alguns anos, com doze funcionários a trabalharem diariamente nestas instalações, pergunto eu – Este ramal de abastecimento de água abastece o quê? O volume de água gasto pela pedreira é enorme com assim tem de ser. A decantação das águas que são utilizadas pela pedreira ou que por ali passam é parca pois a jusante da localização da pedreira as linhas de água tem um aspecto cinzento em que se nota as águas degradadas com pó sedimentado. Isto também a CCDR-n já teve ter conhecimento de alguma/s contra ordenações. Refere neste ponto que não há a possibilidade de arrastamento para os terrenos vizinhos de lamas. Mais uma vez discordo totalmente com a afirmação do documento “Deste modo não existe emissão de efluentes industriais líquidos para o domínio público” Mais uma vez faço um reparo para que antes de licenciar faça uma visita para clarificar este ponto.

- Referente ao ponto nº 4.10 em que se refere vários pontos deveras importantes é de evidenciar que esta empresa desde o seu início de laboração descurou a maioria destes cuidados. Há situações atualmente que já são irreversíveis, quer a nível da qualidade visual da paisagem, quer a nível de poluição dos solos. Isto também por culpa das entidades competentes para a regular fiscalização destas explorações e seus efeitos nocivos. De referir que hoje verifiquei a existência de uma vedação, ainda sem qualquer tipo de portão que impeça a entrada de pessoas ou animais. Mas a referir desta suposta proteção está a ser construída sendo colocada malha sol (material usado na construção civil – que serve para reforçar as lajes). Este material não cria um obstáculo suficiente que pela altura (cerca de um metro), pelo diâmetro da mesma e pela resistência da mesma. Relativamente à vedação de toda a área da pedreira, este facto será impossível, pois dentro deste espaço há caminhos de consortes para terrenos a norte da pedreira (um dos quais publico ou maninho) em que o acesso terá de ser forçosamente por dentro da área a licenciar.

- No ponto 5 refere que a intervisibilidade não irá aumentar. No meu ponto de vista e com a ampliação da exploração para sul irá aumentar drasticamente a intervisibilidade da pedreira para com uma grande parte das habitações de Gonça, mais especificamente o lugar da venda e Urbanização das cruzadas. Não é só uma questão de impacto visual mas também de poluição sonora. Todos os trabalhos que se efetuam neste tipo de explorações são ruidosos e ainda por cima com a central de Britagem lá instalada. A utilização de explosivos para a fragmentação dos granitos e o a central de Britagem em funcionamento provocam ondas de choque com tal magnitude que as habitações a sudoeste têm se vindo a ressentir. No caso do alargamento ser aprovado as habitações instaladas a sul também vão ser afetadas com este fenómeno. Mais ainda, Toda

as habitações e população em redor no raio de várias centenas de metros, ou milhares de metros têm vindo a sentir os efeitos das explosões efetuadas nesta pedreira. Para quem passa pela primeira vez na EN 207/4 não consegue deixar de reparar a existência desta exploração, quer a sudoeste pela construção de um muro em alvenaria que cria um aspecto artificial tomando logo a atenção dos transeuntes desta via. A nordeste e olhando de frente para a pedreira em si e conforme a foto nº9 existente no documento acima descrito há uma sebe de lauros, rara e muito insuficiente que não cria qualquer tipo de obstáculo ou barreira quer a nível visual quer a nível de poeiras.

Conclusão/síntese Após uma breve leitura dos demais documentos disponíveis e pela realidade que me deparo no dia a dia, prevejo que independentemente qual seja a decisão há situações que dificilmente terão um rumo diferente, tais como :

o A vedação na totalidade nunca irá ser finalizada – de janeiro até à data de hoje foi efetuada cerca de 100 metros – mesmo assim a vedação não desse ser efetuada para cercar ovelhas mas sim para criar uma barreira para que pessoas e diversos animais não a possam transpor facilmente. Este ponto será impossível de concluir porque há caminhos de acesso a terrenos públicos que terão de ser obstruídos;

o As salvaguardas de colocar todos os recipientes com óleos ou produtos similares dentro de tinas é uma tarefa quase impossível de realizar;

o Foi e será impossível com as medidas tomadas até hoje para que as linhas de águas não fiquem poluídas com materiais provenientes da pedreira;

Eu estou em pleno desacordo que este aumento seja autorizado. Quem não tem a capacidade de ordenar, manter na legalidade um espaço de trabalho se esse espaço aumentar, a desordem também aumentará.

Relatório fotográfico

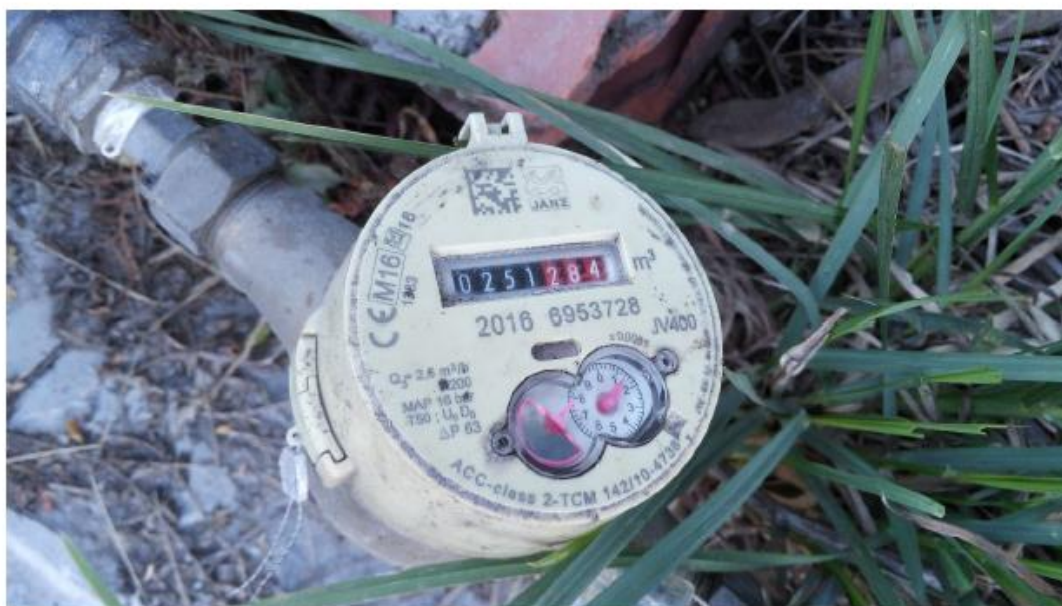
Projeto da “Ampliação da Pedreira n.º 5111 – Sorte do Mato das Lagedas”

Foto nº1



Legenda: foto onde se vê a proximidade dos limites da pedreira com as habitações

Foto2



Legenda foto 1: foto onde se a medição de água gasta

Foto nº3



Legenda: Foto onde se vê como ficam as linhas de água a jusante da pedreira

Foto nº4



Legenda: Foto onde houve a deposição de lamas a norte da pedreira e os sinais do tempo a que as mesmas foram depositadas

Foto nº5

Legenda: foto onde se verifica o impacto visual criado para quem passa na EN 207/4 sentido Guimarães – Póvoa de Lanhoso

Foto nº6

Legenda: foto onde se verifica o impacto visual criado para quem passa na EN 207/4 sentido Póvoa de Lanhoso - Guimarães

Sem mais de momento, Obrigado

2ª Participação Carlos Ferreira (2019-08-23):

A/C Exmo. Sr. Presidente da CCDR-Norte Assunto: Ampliação da Pedreira nº5111 _ Sorte do Mato das Lagedas Eu, Carlos Manuel de Oliveira Ferreira, residente na Rua 10 de Junho, 171, freguesia de Gonça, venho expor o seguinte: Resido com a minha família a cerca de 250m do limite da pedreira e fiquei surpreso com facto desta exploração estar ilegal, não vou aprofundar este assunto nem tão pouco vou exigir o seu encerramento, penso que se a exploração for feita de acordo com a legislação em vigor e se os inconvenientes forem eliminados, todos sairão beneficiados. Assim, apenas solicito que a legislação seja cumprida, que seja feita a implementação de instrumentos e procedimentos de modo a eliminar por completo todos os inconvenientes ambientais, nomeadamente as poeiras, o ruído e as vibrações, aliás conforme previsto no “Resumo Não Técnico” e que Vossa Ex.ª ao elaborar a “Declaração de Impacte Ambiental” os tenha em consideração, conforme os extractos de alguma legislação a seguir apresentados. Lei n.º 19/2014 de 14 de abril Artigo 5.º _ Direito ao ambiente 1 — Todos têm direito ao ambiente e à qualidade de vida, nos termos constitucional e internacionalmente estabelecidos. 2 — O direito ao ambiente consiste no direito de defesa contra qualquer agressão à esfera constitucional e internacionalmente protegida de cada cidadão, bem como o poder de exigir de entidades públicas e privadas o cumprimento dos deveres e das obrigações, em matéria ambiental, ... Artigo 10.º _ Componentes ambientais naturais A política de ambiente tem por objeto os componentes ambientais naturais, como o ar, a água e o mar, a biodiversidade, o solo e o subsolo, a paisagem, e reconhece e valoriza a importância dos recursos naturais e dos bens e serviços dos ecossistemas, designadamente nos seguintes termos: a) A gestão do ar visa preservar e melhorar a respetiva qualidade no meio ambiente, garantir a sua boa qualidade no interior dos edifícios e reduzir e prevenir as disfunções ambientais, de forma a minimizar os efeitos adversos para a saúde humana e para o ambiente; Artigo 21.º _ Controlo, fiscalização e inspeção O Estado exerce o controlo das atividades suscetíveis de ter um impacte negativo no ambiente, acompanhando a sua execução através da monitorização, fiscalização e inspeção, visando, nomeadamente, assegurar o cumprimento das condições estabelecidas nos instrumentos e normativos ambientais e prevenir ilícitos ambientais. Decreto-Lei n.º 196/88 de 31 de Maio Artigo 1.º 2 - As explorações e instalações referidas ficam obrigadas à adopção de medidas corretivas, com o objectivo de melhorar o respectivo impacte ambiental, nos termos do presente diploma. Artigo 2.º 1 - As entidades concessionárias ou licenciadas que efetuem explorações subterrâneas ou a céu aberto dentro das povoações ou das suas áreas limítrofes ficam obrigadas a adoptar as seguintes medidas: a) Plantação de écrans arbóreos; b) Implantação de barreiras anti-ruído; c) Obrigatoriedade de aspersão com água de todos os itinerários dos equipamentos da extração, carregamento e transporte, bem como dos produtos extraídos e manuseados; d) Utilização de equipamentos de perfuração com recolha automática de poeiras; 2 - É vedada às entidades concessionárias ou licenciadas referidas no número anterior a descarga, nos cursos de água e no solo, de todo o tipo de águas que possam afectar a qualidade da água subterrânea ou superficial, estando obrigadas ao prévio tratamento das mesmas e ficando ainda obrigadas à reconstituição das passagens lesadas ou destruídas sempre que perfurarem linhas de água. Art. 3.º 1 - As entidades que procedam a instalações de superfície dentro das povoações ou das suas áreas limítrofes, nomeadamente de britagem, ..., ficam obrigadas à adopção das medidas enunciadas no artigo anterior, bem como: b) À utilização de filtros para recolha de poeiras. Resumindo, se a exploração cumprir a legislação em vigor, não haverá qualquer inconveniente para a população de Gonça nomeadamente para a que reside mais próxima da pedreira e o que se espera é o seu cumprimento. Solicito desde já que me seja facultada logo que possível, informação sobre os procedimentos que a empresa terá de adotar para poder ser licenciada e qual será a entidade responsável pela fiscalização da sua implementação.

Anexos: Não

3ª Participação Cristina Rosado (2019-08-22):

Basta de destruição na paisagem natural!

Anexos: Não

4ª Participação Diamantino Gomes (2019-08-21):

Discordar totalmente do Protejo da “Ampliação da Pedreira n.º 5111 – Sorte do Mato das Lagedas” por diversos factores: - o enorme impacto ambiental das diversas formas e passo a citar: - o pó que já se faz sentir actualmente na população, que provoca problemas de saúde tais como silicose pulmonar, e o facto de todas aquelas habitações próximas estarem sempre cobertas de pó da referida pedreira. - a poluição sonora que já se faz sentir e muito devido à produção de inertes e com o alargamento da pedreira se ira sentir com muita mais intensidade afectando ainda mais a população. - a destruição de linhas de água, em que algumas delas abastecem enumeras famílias, utilizadas para consumo bem como utilizadas para regadios na agricultura. - contaminação dos solos com lamas provenientes dos reside-os de corte e transformação de inertes, poluição que já se verifica pois já depositam estas lamas nas encostas do monte que por sua vez também afectam os cursos de água e o crescimento de vegetação tornando os solos praticamente impermeáveis. - a destruição da vegetação existente. - a destruição de espesses de caça como o coelho bravo, galinhas de agua, javalis raposas perdizes entre outras. Todos estes pontos acima referidos já se verificam e com alguma intensidade por tal motivo o protejo referido não devera avançar pois ira agravar ainda mais todas estas situações. Irá também se verificar destruição de caminhos de servidão a montes que servem os donos dos mesmos, população e ainda bombeiros em caso de incendeio ou catástrofe. Há também o problema da vibração do solo que afecta as construções na freguesia, causando fendas nas mesmas pondo em causa a segurança das habitações e também a segurança dos seus habitantes. Não se percebe também como se licencia uma pereira e muito menos ainda o alargamento da mesma quando existe uma estrada nacional com um enorme tráfego junto ao limite da mesma e habitações também elas juntas do limita da pedreira. Por todos estes factores este projecto não deverá avançar nem a pedreira que se encontra com uma licença provisória deverá ser licenciada em que o mais correto seria o encerramento da mesma.

Anexos: Não

5ª Participação Dionísio Gomes (2019-08-21):

Venho por este meio discordar totalmente do Protejo da “Ampliação da Pedreira n.º 5111 – Sorte do Mato das Lagedas” por diversos factores dos quais põem em risco a saúde humana. Assim passo a citar os pontos negativos deste projecto: - o enorme impacto ambiental das diversas formas e passo a citar: - a enorme mancha de pó que já se faz sentir actualmente na população, pó este que provoca problemas de saúde tais como silicose pulmonar, doença que já afecta muitos habitantes da freguesia, e o facto de todas aquelas habitações próximas estarem sempre cobertas de pó da referida pedreira. - a poluição sonora que já se faz sentir e muito devido à produção de inertes e com o alargamento da pedreira se ira sentir com muita mais intensidade afectando ainda mais a população. - a destruição de linhas de água, em que algumas delas abastecem enumeras famílias, utilizadas para consumo bem como utilizadas para regadios na agricultura. - a contaminação dos solos com lamas provenientes dos reside-os de corte e transformação de inertes, poluição que já se verifica pois já depositam estas lamas nas encostas do monte que por sua vez também afectam os cursos de água e o crescimento de vegetação tornando os solos praticamente impermeáveis. - a destruição da vegetação existente. - a destruição de espesses de caça como o coelho bravo, galinhas de agua, javalis raposas perdizes entre outras. Todos estes pontos acima referidos já se verificam e com alguma intensidade por tal motivo o protejo referido não devera avançar pois ira agravar ainda mais todas estas situações. Outro ponto negativo deste projecto é a destruição de caminhos de servidão a montes que servem os donos dos mesmos, população e ainda bombeiros em caso de incendeio ou catástrofe. Existe também o problema da vibração do solo que afecta as diversas construções na freguesia, causando rachadelas, fendas nas mesmas pondo em causa a segurança das habitações e também a segurança dos seus habitantes. Não se percebe também como se licencia uma pereira e muito menos ainda o alargamento da mesma quando existe uma estrada nacional com um enorme tráfego junto ao limite da mesma e habitações também elas juntas do limita da pedreira. Por todos estes factores este projecto não deverá ser aprovado bem como o licenciamento da pedreira existente.

Anexos: Não

6ª Participação Marlene Cardoso (2019-08-18):

Projeto da “Ampliação da Pedreira n.º 5111 – Sorte do Mato das Lagedas” O projeto acima mencionado está sujeito a uma avaliação relativamente ao impacto ambiental na área circundante à da pedreira referida. Avaliando sob uma perspetiva ambiental, o alargamento da Pedreira n.º 5111 contribui para um grande aumento de poluição atmosférica e sonora da região e simultaneamente põe em causa a sustentabilidade da área verde próxima da local da pedreira em questão. De forma a ilustrar melhor os aspetos negativos acima referidos serão mencionados alguns pontos bastante relevantes e que deverão ser tidos em conta no processo de avaliação já referido. Primeiro ponto, a extração de pedra causa a libertação de uma enorme quantidade de pó, altamente prejudicial tanto para a área verde à volta desta como para a população que habita a região, pois trata-se de uma pedreira que se encontra bastante perto de áreas habitações (cerca de 50 metros). A poluição sonora é um outro ponto de extrema importância, visto que as explosões de dinamite, usadas para a extração de pedra, são muito intensas. Como estas explosões ocorrem muito perto de habitações, estas põem assim em causa a segurança das infraestruturas e da população residente dessa área. Além de todos os pontos descritos acima, os destroços provenientes da atividade exercida na pedreira n.º 5111 são depositados numa área verde perto da mesma em que quando sucedem precipitações, a água resultante das chuvas arrasta estes destroços para a faixa de rodagem da estrada nacional N207-4 que faz a ligação com a Póvoa de Lanhoso e para campos de produção agrícola que abrangem aquela área. É de salientar que a estrada nacional N207-4 é bastante utilizada por condutores tendo um tráfego bastante elevado. Como se trata de uma pedreira que está localizada na berma da estrada nacional já mencionada, a atividade exercida nesta pedreira põe ainda em risco a segurança rodoviária, pois o pó proveniente da extração de pedra faz com que a aderência da superfície em que os veículos circulam diminua bastante. Existe também uma diminuição da visibilidade dos condutores, causada pelo pó produzido na pedreira em questão. Depois de expostos todos os argumentos acima citados, a avaliação da ampliação da pedreira n.º 5111 deverá ter como fatores determinantes a segurança da população residente, a segurança rodoviária e ainda a sustentabilidade das áreas verdes que envolvem a pedreira n.º 5111.

Anexos: Não**7ª Participação António Fernandes (2019-08-17):**

Há muita informação que está deturpada com vista à legalização da pedreira

Anexos: Não**8ª Participação Mariana (2019-08-07)**

Discordo, pois existem casas muito perto o que mais tarde só trará consequências negativas, a nível da saúde, para esses habitantes.

Anexos: Não**9ª Participação Helena Cardoso (2019-08-12):**

Projeto da “Ampliação da Pedreira n.º 5111 – Sorte do Mato das Lagedas” O projeto acima mencionado está sujeito a uma avaliação relativamente ao impacto ambiental na área circundante à da pedreira referida. Sob uma perspetiva ambiental, o alargamento da Pedreira n.º 5111 poderá por em causa a sustentabilidade da área verde próxima da localidade da pedreira em questão e contribuirá ainda para a poluição atmosférica e sonora da região. De maneira a ilustrar melhor os aspetos negativos acima mencionados serão referidos alguns tópicos relevantes e que deverão ser tidos em conta no processo de avaliação já referido. Primeiramente, a extração de pedra provoca uma enorme libertação de pó prejudicial tanto para a área verde à volta como para a população que habita a região, visto tratar-se de uma pedreira que se encontra relativamente perto de habitações (cerca de 50 metros). A poluição sonora é um outro aspeto a ter em conta, visto que as explosões de dinamite usadas para a extração de pedra são muito agressivas considerando que ocorrem muito perto de habitações, pondo assim em causa a segurança das infraestruturas e da população residente dessa área. Além de toda esta situação descrita, os resíduos provenientes da atividade exercida na Pedreira n.º 5111 são depositados numa área verde perto da mesma, em

que quando sucedem precipitações, a água proveniente da chuva arrasta estes resíduos para a faixa de rodagem da estrada nacional que faz a ligação com a Póvoa de Lanhoso (sendo assim uma estrada com algum tráfego) e para campos de produção agrícola que abrangem aquela área. Uma vez que se trata de uma pedreira que está localizada na berma da estrada nacional já mencionada, a atividade exercida nesta pedreira põem ainda em causa a segurança rodoviária, dado que o pó proveniente da extração de pedra faz com que a aderência da superfície diminua relativamente, provocando também uma diminuição considerável da visibilidade. Posto em causa todos os fatos citados, a avaliação da ampliação da Pedreira n.º 5111 deverá ter como fatores determinantes a segurança da população residente e ainda a sustentabilidade das áreas verdes que envolvem a Pedreira n.º 5111

Anexos: 34770_Projeto de Avaliação da Ampliação da Pedreira n.º 5111_5255.pdf

O anexo é igual à participação.

10ª Participação Jacinto Gonçalves (2019-08-23):

CCDRN N.º 16630 Data: 2019/08/23

Exmo. Sr.
Presidente da CCDR-Norte
Rua Rainha D. Estefânia, nº251
4150-304 Porto

Eu, Jacinto Fontes Gonçalves e outros, residente no Largo de S. Mateus, nº26 na Freguesia de Gonça, venho expor o seguinte:

Projeto da ampliação da pedreira n.º 5111 – “Sorte do Mato das Lagedas”

Exmo. Senhor, a Junta de Freguesia e a Câmara de Guimarães e demais entidades públicas incluindo aquela a que Vossa Ex.^ª Preside, sabem que são constantemente imputados ao exercício da exploração da Britaminho, sito na Rua 10 de Junho, incómodos de variada ordem, desde a propagação de ruído à emissão de poeiras poluentes que se depositam no solo, relacionados sobretudo com o funcionamento da britadeira, ou as vibrações do solo resultante do fogo/tiros que prejudica as habitações e as dezenas de pessoas que habitam num raio de 300/500 metros, constituindo a exploração da pedreira um grave problema de natureza ambiental, atentatório dos mais elementares direitos de qualidade de vida dos habitantes.

A empresa Britaminho nunca procedeu à plantação de écrans arbóreos (muito pelo contrário, abateu árvores ainda recentemente), não implantou barreiras anti-ruído, nem tão pouco adoptou um sistema de aspersão de água nos caminhos da pedreira (se existe nunca funcionou, ou funciona apenas no Inverno), nem dispõe a pedreira de equipamento de perfuração com recolha automática de poeiras, não obstante tudo isto ser recomendado pela legislação em vigor, sem esquecer que são constantes os rebentamentos por explosivos, sem tomar as precauções adequadas para prevenção do potencial perigo para a segurança de pessoas e bens, infringindo tudo quanto é legislação, nomeadamente o DL nº196/88, o DL nº89/90 e a Lei nº19/2014.

Ao não acionar os mecanismos legalmente previstos para assegurar a eliminação dos riscos verificados para o ambiente e para a população, omitiram as autoridades administrativas o estrito respeito pelo dever de boa administração, sujeitando os particulares, que não auferem qualquer proveito da situação, aos inconvenientes da exploração ilegal.

O não exercício dos poderes cometidos à Junta de Freguesia, à Câmara de Guimarães, ao Ministério do Ambiente e à CCDR-n, em ordem à preservação dos interesses ambientais e humanos lesados, constitui a Administração pública em responsabilidade pelos prejuízos verificados na esfera jurídica de terceiros e associados à perpetuação da iniquidade.

Não merecem pois proteção, os interesses da empresa que não faz a adequada redução dos inconvenientes de ordem ambiental que vem produzindo com a sua atividade, que desrespeitou, desta forma, os deveres legais a que se encontra sujeita.

A situação em apreciação é tanto mais grave, quanto é certo dispor a empresa de outras instalações na freguesia de Gonça também ilegais e prejudiciais do meio ambiente e humano,

o que contribui para a acrescida responsabilidade do proprietário, competindo à Administração Pública atuar com zelo e diligência na defesa dos interesses da população. De resto, não podemos deixar de manifestar a nossa reprovação por ao longo destes anos não terem sido fixadas ao exercício da exploração medidas que acautelassem devidamente a segurança de terceiros, tendo em conta os riscos verificados no domínio da segurança de pessoas e bens, porque se foram fixados e não foram cumpridos torna a situação ainda mais grave.

O DL nº196/88 veio alertar e prevenir os elevados custos sociais inerentes ao incremento do processo de industrialização, avaliados os seus efeitos nocivos para a preservação do ambiente. Desde logo é indicado no art.º 1, a localização preferencial das indústrias extractivas em áreas de menor interesse paisagístico, e a obrigação de adopção de medidas corretivas do impacto ambiental negativo.

De entre as medidas impostas, realça-se a plantação de ecrãs arbóreos, a implantação de barreiras antirruído, a aspersão com água de todos os itinerários, dos equipamentos da extração, carregamento e transporte, bem como dos produtos extraídos e manuseados, a utilização de equipamentos de perfuração com recolha automática de poeiras.

A adopção de medidas de ordem ambiental surge particularmente reforçada quanto a explorações com instalações de superfície nas povoações ou nas suas áreas limítrofes (britagem, estaleiros, edifícios, etc...), situação em que é, ainda, imposta a utilização de filtros para recolha de poeiras.

Medidas estas que voltamos a referir, nunca foram adotadas.

Resumindo,

A empresa tinha uma licença para explorar cerca de 47 mil m², não contente com essa situação a empresa em vez de licenciar a ampliação da exploração, optou por aumentar ilegalmente a área de exploração, e assim, por força do facto consumado conseguiu uma licença provisória para explorar cerca de 164 mil m², não satisfeita com esta área a empresa resolveu mais uma vez recorrer à ilegalidade e aumentou a área de exploração sem qualquer licenciamento, querendo agora e também por força do facto consumado legalizar uma área total de cerca de 200 mil m², área esta que já não corresponde à realidade, porque de facto, o que vê no local é que a área de (200 mil m²) já é atualmente inferior à exploração existente, para constatar este facto basta situarmo-nos na encosta por cima do campo de futebol e comparar a Planta Final de Exploração – figura 6, com o que se vê na Pedreira. Este facto só por si mostra que as ilegalidades vão continuar.

Esta empresa nunca cumpriu as regras, a legislação ou as recomendações feitas, que garantias tem Vossa Ex.ª que agora vai cumprir...

Assim conforme o exposto, solicitamos a V. Exa. que ordene o imediato encerramento da exploração da pedreira, até serem implantadas todas as medidas necessárias para acautelar o meio ambiente e a população, porque se tivermos em conta o histórico desta empresa, dificilmente tarde ou nunca a legislação irá ser cumprida.

O direito ao ambiente é um direito fundamental e está consagrado no art.º 66 da Constituição.

Atenciosamente

IIª Participação Anónima (2019-08-26):

CCDRN N.º 16697 Data: 2019/08/26

Exmo. Senhor

Presidente da CCDR-N

Rua Rainha Dona Estefânia, 251

4150-304 Porto

Assunto: "Ampliação da Pedreira nº5111 – Sorte do Mato das Lagedas"

Exmo. Senhor, ao analisarmos o processo, reparamos que quando foi atribuída a licença provisória em 08/06/2015 com a validade de 1 ano, ficou a mesma sujeita ao cumprimento de várias condicionantes propostas pelo grupo de trabalho, sendo que no ponto 6 desta licença provisória está escrito que "caso o proprietário da exploração não cumpra o proposto pelo grupo de trabalho nos prazos concedidos, deverá proceder ao encerramento do sítio de acordo com..." contudo.

- Não foram aplicados aspersores pois continua a haver pó levantado pelos camiões que utilizam os caminhos internos da pedreira.
- Não foi colocada qualquer vedação em redor da área da pedreira, exceto uma vedação colocada no mês passado ao longo da Estrada Nacional 207-4.
- Em relação ao ruído, poeiras e vibrações, não foi aplicado qualquer sistema que eliminasse ou diminui-se o impacto destes meios poluidores.

De facto não passou 1 ano mas sim 4 anos e nada aconteceu a não ser o aumento da área explorada clandestinamente, que não passou de 164 376.00m² para 196 227.00m² mas sim para mais de 210 000.00m², sim, na realidade a área explorada atualmente já ultrapassa os 210 000.00m², ou seja já é superior à área proposta a legalizar, basta virem confirmar no local.

Ao fim de mais 4 anos de ilegalidades, nada aconteceu ao proprietário, a exploração continuou, continuou a haver pó e muito, continuou a haver vibrações cada vez maiores e continuou a haver ruído cada vez mais insuportável, o proprietário continuou a enriquecer e muito, pois continua a comprar bens imóveis sendo atualmente dono de praticamente ¼ da área da freguesia de Gonça, alegando ao mesmo tempo que não tem dinheiro para poder cumprir a Lei.

Sabendo nós, população de Gonça, que o incumprimento das Leis está no ADN desta empresa e que esta empresa tem mais instalações clandestinas com graves implicações ambientais na freguesia, quais são as garantias que Vossa Ex.ª tem de que a empresa vai cumprir a legislação? Pois nenhuma...

Muito obrigado pela vossa melhor atenção.

O presente relatório será remetido à Comissão de Avaliação, de acordo com o ponto 2 do art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, com as alterações e redação produzidas pelos Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto e Lei n.º 37/2017, de 2 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017 de 11 de dezembro.

Desta forma, os aspetos focados nas referidas participações, serão tidos em consideração pelos membros da Comissão de Avaliação na elaboração do seu Parecer Técnico Final, bem como na respetiva Declaração de Impacte Ambiental (DIA) do projeto em questão, a ser emitida pela Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental (AAIA), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

6. FICHA TÉCNICA

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE

A Responsável pela Consulta Pública

Rita Ramos

(Rita Ramos)

ANEXO

I. Edital

Projeto da “Ampliação da Pedreira n.º 5111 – Sorte do Mato das Lagedas”

O projeto acima mencionado está sujeito a um procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, conforme estabelecido no ponto 4, alínea b), subalínea ii) do artigo 1.º e na alínea a) do ponto 2 do Anexo II, do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, com as alterações introduzidas pelos Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto, pela Lei n.º 37/2017, de 2 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro.

Este projeto, cujo proponente é a empresa BRITAMINHO – Granitos e Britas do Minho, Lda., localiza-se na Freguesia de Gonça, no Concelho de Guimarães.

Nos termos e para efeitos do preceituado no n.º 1 do artigo 15.º e nos artigos 28.º, 29.º, 30.º e 31.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março, e pelo Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto, pela Lei n.º 37/2017, de 2 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), enquanto Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental, informa que o Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico, se encontram disponíveis em suporte digital, para Consulta Pública, durante 30 dias úteis, de 12 de julho de 2019 a 23 de agosto de 2019, nos seguintes locais:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Rua Rainha D. Estefânia, n.º 251, 4150-304 Porto | Agência Portuguesa do Ambiente, Rua da Murgueira, 9 – Zambujal, 2611-865 Amadora | Câmara Municipal de Guimarães, Largo Cônego José Maria Gomes, 4804-534 Guimarães e, ainda, na Internet em www.ccdr-n.pt/divulgacao; www.facebook.com/ccdrnorte e www.participa.pt.

O Resumo Não Técnico pode ser também consultado, em suporte digital, na Freguesia de Gonça.

No âmbito do processo de Consulta Pública serão consideradas e apreciadas todas as opiniões e sugestões apresentadas por escrito, desde que relacionadas especificamente com o projeto em avaliação. Essas exposições deverão ser dirigidas ao Presidente da CCDR-N até à data do termo da Consulta Pública.

O licenciamento (ou a autorização) do projeto, da responsabilidade da Direção Geral de Energia e Geologia, só poderá ser concedido após Declaração de Impacte Ambiental Favorável ou Condicionalmente Favorável, emitida pelo Presidente da CCDR-N, ou decorrido o prazo para a sua emissão.

Mais se informa, que existe a possibilidade de impugnação administrativa, através de reclamação, recurso hierárquico ou recurso tutelar facultativos, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, e contenciosamente, nos termos do Código de Processo dos Tribunais Administrativos, de qualquer decisão, ato ou omissão ao disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março, pelo Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto, pela Lei n.º 37/2017, de 2 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro.

A Declaração de Impacte Ambiental deverá ser exarada até 7 de outubro de 2019.

Porto, 10 de julho de 2019.

A Diretora de Serviços de Ambiente,



(Paula Pinto)



REPÚBLICA
PORTUGUESA
RUA RAINHA D. ESTEFÂNIA, 251 - 4150-304 PORTO
E-MAIL: geral@ccdr-n.pt - [WWW.CCDR-N.PT](http://www.ccdr-n.pt)